



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2022

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, doravante denominada SEFAZ, realizará licitação, na modalidade "Pregão Eletrônico", sob o critério "menor preço por lote", por meio do site www.compras.es.gov.br, para **Contratação de Recarga de Unidades Extintoras**, conforme Processo nº 2021-F2FQ3, devidamente aprovado pela autoridade competente. O Pregão será realizado por Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria SEFAZ nº 04-S/2022, publicada em 20/01/2022, nos termos da Lei 10.520/2002, e subsidiariamente da Lei 8.666/1993, e do Decreto estadual 2.458-R/2010, bem como da Portaria SEGER/PGE/SECONT Nº 049-R/2010, e demais normas pertinentes e condições estabelecidas no presente Edital.

A participação neste Pregão é permitida exclusivamente a microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro designado, por inserção e monitoramento de dados inseridos no aplicativo "Sistema Integrado de Gestão Administrativa - SIGA", no endereço www.compras.es.gov.br, conforme indicado abaixo:

INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: ÀS 11h00 do dia 19/05/2022.

LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: ÀS 13h59min do dia 1º/06/2022.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: ÀS 14h00 horas do dia 1º/06/2022.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: ÀS 14h30min horas do dia 1º/06/2022.

1.3 - 1.3. Integram este Edital os seguintes anexos:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Anexo II-A. Modelo de Proposta Comercial
	Anexo II-B. Dados Complementares para Assinatura do Contrato
	Anexo II-C. Modelo de Declaração do Art. 7º, XXXIII, da CF
Anexo III	Exigências de Habilitação
Anexo IV	Declaração Conjunta (Cumprimento dos Requisitos de Habilitação, Microempresa e Pequeno Porte e Superveniência de Fato Impeditivo)
Anexo V	Minuta do Termo de Contrato

2 - DO OBJETO

2.1 - O objeto deste Pregão é a contratação de serviços de Recarga de Unidades Extintoras para atender às necessidades da SEFAZ, conforme especificações do Anexo I do presente Edital.

EDITAL Nº 008/2022



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

2.2 - O Recebimento do objeto se fará na forma estabelecida no Anexo I do presente Edital e no instrumento contratual e serão prestados nos seguintes locais:

- (a) Região Metropolitana – Vila Velha, Vitória e Serra;
- (b) Região Sul – Cachoeiro de Itapemirim, Alegre e Venda Nova do Imigrante;
- (c) Região Norte – Aracruz, Linhares e São Mateus;
- (d) Região Noroeste – Colatina e Barra de São Francisco;

3 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do orçamento próprio da SEFAZ, na atividade 04.123.0050.2151 - GESTÃO FISCAL, CONTÁBIL E FINANCEIRA DO ESTADO, Elemento Despesa 3.3.90.30.00, do orçamento da SEFAZ para o exercício de 2022, conforme tabela:

Identificação		
Unidade Gestora 220101 - SEFAZ	Número do Documento 2022NR00424	Data de Emissão 18/04/22
Tipo Alteração	NR Original	Valor 12.643,80
Detalhamento		
Programa de trabalho	10.22.101.04.123. 0050. 2151 - GESTÃO FISCAL, CONTÁBIL E FINANCEIRA DO ESTADO	
Microrregião	00 - ESTADO	
Município	Não informado	
Emenda Parlamentar	0000 / E0000	
Id. uso	0 - RECURSOS NÃO DESTINADOS À CONTRAPARTIDA	
Fonte	101 - RECURSOS ORDINÁRIOS	
Detalhamento de Fonte	000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	
Natureza	339030 - MATERIAL DE CONSUMO	
Plano Orçamentário	000001 - Não Definido	
Processo	2021-F2FQ3	
Itens		

4 - DOS PREÇOS, PRAZOS E OUTRAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

4.1 - Os preços serão estabelecidos em conformidade com a proposta do licitante vencedor, observadas as exigências deste Edital, devendo estar inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra, instalações e quaisquer despesas inerentes à execução do objeto contratual.

4.2 - Os preços, a eventual revisão e reajuste, assim como as condições de pagamento serão estabelecidos em conformidade com o disposto no Anexo IV – Minuta de Termo de Contrato.

4.3 - Os prazos de execução dos serviços e de vigência do contrato observarão o disposto no Anexo V – Minuta de Termo de Contrato.

4.4 - O licitante vencedor deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação, na forma do Anexo IV – Minuta de Termo de Contrato.



5 - DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

5.1 - O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data limite para o acolhimento das mesmas, conforme indicado neste edital.

6 - RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

6.1 - O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário fixados para início da disputa.

7 - REFERÊNCIA DE TEMPO

7.1 - Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília-DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

8 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

8.1 - Somente poderão participar do certame, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar 123/2006 e do art. 60 da Lei Complementar estadual 618/2012, microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, assim caracterizadas nos termos do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

8.2 - A comprovação da condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada deverá ser apresentada à época da contratação e será feita na forma do item 3 do Anexo III – Exigências para Habilitação.

8.3 - Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

8.3.1 - estejam constituídos sob a forma de consórcio;

8.3.2 - estejam cumprindo as penalidades previstas no art. 87, III, da Lei 8.666/1993, desde que não haja disposição expressa limitando os seus efeitos à esfera do ente sancionador;

8.3.3 - estejam cumprindo a penalidade prevista no art. 87, IV, da Lei 8.666/1993, ainda que impostas por ente federativo diverso do Espírito Santo;

8.3.4 - estejam cumprindo penalidade prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002, desde que a decisão proferida pelo ente sancionador amplie, expressamente, os seus efeitos aos demais órgãos da Administração Pública Nacional.

8.3.5 - estejam sob falência, dissolução ou liquidação;

8.3.5.1 - Caso o licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada na fase de habilitação a sentença homologatória do plano de recuperação judicial;

8.3.6 - não cumpram o disposto no art. 9º da Lei 8.666/1993 e alterações.

9 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

EDITAL Nº 008/2022



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

9.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

9.1.1 - coordenar o processo licitatório;

9.1.2 - receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;

9.1.3 - conduzir a sessão pública na internet;

9.1.4 - verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

9.1.5 - dirigir a etapa de lances;

9.1.6 - verificar e julgar as condições de habilitação;

9.1.7 - receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

9.1.8 - indicar o vencedor do certame;

9.1.9 - adjudicar o objeto, quando não houver recurso, sendo que, em havendo recursos, competirá ao ordenador de despesas a adjudicação;

9.1.10 - conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

9.1.11 - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

10 - DAS OBRIGAÇÕES DOS LICITANTES

10.1 - Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

10.1.1 - credenciar-se, previamente, junto ao Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo – CRC/ES, por meio do sítio www.compras.es.gov.br, para obtenção da senha de acesso ao sistema eletrônico de compras;

10.1.2 - remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos;

10.1.3 - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

10.1.4 - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, bem como manter endereço atualizado de correio eletrônico, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

10.1.5 - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

10.1.6 - utilizar-se da chave de identificação (login) e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;

10.1.7 - solicitar o cancelamento da chave de identificação (login) ou da senha de acesso por interesse próprio;

10.1.8 - submeter-se às exigências do Decreto Estadual 2.458/2010, do Decreto Estadual 2.849-R/2011, da Portaria SEGER nº 049-R, da Lei 10.520/2002 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/1993, assim como aos termos de participação e condições de contratação constantes neste instrumento convocatório.

10.2 - O fornecedor descredenciado no CRC/ES terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

11 - DO CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO SISTEMA

11.1 - Os licitantes deverão ser previamente credenciados perante o Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio do site www.compras.es.gov.br, para obtenção de acesso ao sistema eletrônico de licitação.

11.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de login e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, identificado pelo status "com certificado".

11.3 - A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de sua inabilitação perante o cadastro de fornecedores.

11.4 - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

11.5 - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

11.6 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

12 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

12.1 - Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste pregão.

12.2 - A impugnação deverá ser feita, de forma motivada, em campo próprio do sistema, podendo ser anexados documentos digitalizados em formato "pdf", ou protocolizada no órgão realizador do certame, de 9 às 18 horas, somente sendo aceitas impugnações protocolizadas se assinadas pelo(s) impugnante(s).

12.3 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração deste edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

EDITAL Nº 008/2022



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

12.4 - Caso o pregoeiro decida pela improcedência da impugnação ao ato convocatório, deverá encaminhar o processo para a autoridade competente – ordenadora da despesa - a quem competirá, nesse caso, ratificar ou alterar a decisão do pregoeiro.

12.5 - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame

12.6 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado neste edital, devendo o pregoeiro prestar o esclarecimento no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

12.7 - Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

13 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

13.1 - Os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e com o preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando a data e o horário limite para o seu acolhimento, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

13.1.1 - A proposta da licitante deverá considerar a tributação que efetivamente incidirá durante a execução do contrato.

13.1.2 - As propostas deverão indicar expressamente o preço global dos serviços prestados, considerando o prazo de vigência inicial previsto para o contrato.

13.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

13.3 - Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

13.4 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação de regência, sem prejuízo de qualquer sanção criminal cabível.

13.5 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

13.6 - Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

13.7 - A proposta comercial vencedora deverá ser apresentada no prazo referido no item 15.2, em conformidade com o modelo contido no Anexo II, acompanhada de todos os documentos nele enumerados, observando-se o que se segue, sem prejuízo para as demais instruções constantes deste edital e seus anexos:

13.7.1 - Digitá-la, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que venham a ensejar dúvidas, reconhecendo a plena aceitação e aplicação, ao contrato, das normas e critérios deste Edital;



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

13.7.2 - Assinar a proposta na parte final e rubricá-la em todas as suas folhas.

14 - DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

14.1 - Esta licitação será julgada sob o critério de menor preço por lote.

14.2 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

14.3 - A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

14.4 - As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet, no Sistema Integrado de Gestão Administrativa - SIGA, no seguinte sítio eletrônico: www.compras.es.gov.br.

14.5 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes, que será ativado a critério do pregoeiro.

14.6 - O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

14.7 - Classificadas as propostas, considerando-se o critério de menor preço global, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

14.8 - No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

14.9 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

14.10 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

14.11 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

14.12 - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

14.13 - Na fase competitiva do pregão, o intervalo entre os lances enviados obedecerá a seguinte regra:

14.13.1 - O menor lance registrado só poderá ser coberto após o intervalo de 3 (três) segundos;

14.13.2 - Após enviar um lance, o licitante aguardará 20 (vinte) segundos para envio do próximo, independentemente de ser ou não o melhor lance vigente;

14.13.3 - Caso o detentor do menor lance registrado tenha seu preço coberto por outro licitante, ele passa a aguardar 3 (três) segundos para envio de novo lance.



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

14.13.4 - A regra dos 3 (três) segundos não se aplica aos lances superiores ao menor lance registrado, que observarão a regra do item 14.13.2.

14.13.5 - Os lances enviados em desacordo com os itens anteriores serão descartados automaticamente pelo sistema.

14.13.6 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro.

14.13.7 - Na hipótese do inciso anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

14.14 - Na fase competitiva da sessão pública, o tempo normal de disputa será encerrado por decisão do pregoeiro, o que deverá ser comunicado aos licitantes com antecedência mínima de um minuto, iniciando-se, após isso, o tempo aleatório de disputa no sistema.

14.15 - No decurso do tempo aleatório concedido pelo sistema para oferecimento de lances, o sistema eletrônico encerrará, aleatoriamente, dentro de um período de até 30 (trinta) minutos, a recepção de lances, após encerramento do tempo normal pelo pregoeiro.

14.16 - Após o encerramento da etapa aleatória de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

14.17 - Na hipótese de comparecer apenas 01 (um) licitante na sala de disputa, passar-se-á, automaticamente, à fase de contraproposta.

14.18 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.19 - No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

14.20 - Se a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

15 - DO PROCEDIMENTO DE HABILITAÇÃO

15.1 - Encerrada a etapa de lances e negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado, a sua exequibilidade e adequação do objeto e, depois, solicitará a apresentação da Proposta Comercial e seus anexos (Anexo II) e dos Documentos de Habilitação (Anexos III e IV).

15.2 - A Proposta Comercial e seus anexos e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil posterior à convocação feita pelo Pregoeiro no sistema eletrônico, facultando-se o envio por e-mail em formato "PDF" no endereço licitacao@sefaz.es.gov.br ou pelo sistema E-Docs, encaminhado pelo sócio-diretor da empresa ou seu representante legal, endereçado à 3ª Comissão Permanente de Licitação da SEFAZ, conforme imagem abaixo:



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

Quais serão os Destinatários?

★ SUGESTÕES ÓRGÃO SETOR GRUPOS E COMISSÕES

Grupos de Trabalho Comissões e Contratos

Patriarca GOVES Órgão SEFAZ - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

cpl

- + CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DE PREGÃO ELETRÔNICO - EQUIPE 1 - SEFAZ
- + CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DE PREGÃO ELETRÔNICO - EQUIPE 2 - SEFAZ
- + CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DE PREGÃO ELETRÔNICO - EQUIPE 3 - SEFAZ

15.2.1 - Quando a Proposta Comercial e seus anexos e os Documentos de Habilitação forem remetidos por meio eletrônico (e-mail ou E-Docs), o Pregoeiro podará, se entender necessário, solicitar a apresentação na forma original ou por cópia, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil posterior à convocação feita no sistema eletrônico e por e-mail.

15.2.2 - Quando enviados por correio, deverá ser utilizado o SEDEX, com REGISTRO e, se solicitado, deverá o licitante fornecer o código para rastreamento, sendo que exclusivamente se atendidas estas condições o prazo de entrega será considerado atendido na data de postagem dos documentos.

15.2.3 - No caso de contratação em que se exija a apresentação de planilhas de composição de preços, o Pregoeiro podará, se entender necessário, solicitar sejam encaminhadas também por e-mail, em arquivo em formato editável, no mesmo prazo fixado para a Proposta Comercial, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

15.3 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

(a) Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo - CRC/ES (<https://www.siga.es.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/tabbasicas/FornecedoresSanccionadosPageList.jsp?opcao=todos>).

(b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).

15.3.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também em nome de seus sócios majoritários, por força do art. 12 da Lei 8.429/1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

15.3.2 - Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, o Pregoeiro reputará o licitante desclassificado, por falta de condição de participação.

15.4 - Após a verificação das condições dos itens antecedentes, os documentos de habilitação serão apreciados e, após análise, será declarado vencedor o licitante classificado em primeiro lugar, caso tenha atendido a todas as exigências do edital.

EDITAL Nº 008/2022



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

15.5 - A habilitação do licitante que se declarar cadastrado no CRC/ES, no que tange exclusivamente aos documentos por ele abrangidos, será verificada por meio de consulta efetuada pelo Pregoeiro. O registro no CRC/ES não dispensa o licitante de encaminhar nos mesmos prazos os documentos não compreendidos no referido cadastro, ou que já estiverem vencidos.

15.6 - Em se tratando de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para fins de formalização da contratação, mas o licitante deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de tal comprovação, mesmo que esta apresente alguma restrição, observadas as regras do Anexo III.

15.6.1 - O motivo da irregularidade fiscal e trabalhista pendente, quando for o caso, deverá ficar registrado em ata, bem como a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.

15.7 - Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

15.8 - Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, ou se recusar a assinar o contrato, o pregoeiro examinará a oferta subsequente e a respectiva documentação de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do edital.

15.9 - Nas hipóteses previstas no item anterior, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, tendo sempre como parâmetro a menor oferta apresentada no certame.

16 - DOS RECURSOS E DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1 - No mínimo, com vinte e quatro horas de antecedência, o Pregoeiro deverá comunicar aos licitantes, por meio do sistema no qual a licitação foi realizada e por e-mail, data e hora em que declarará o vencedor do certame.

16.2 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

16.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item anterior, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

16.4 - Para efeito do disposto no item anterior, manifestação imediata é aquela efetuada via eletrônica – internet -, no período máximo de 30 (trinta) minutos após o pregoeiro comunicar aos participantes, por meio do sistema eletrônico, o resultado da classificação; e manifestação motivada é a descrição sucinta e clara do fato que motivou a licitante a recorrer.

16.5 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

16.6 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

16.7 - Os recursos e contrarrazões de recurso deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, registrados em campo próprio e anexados documentos digitalizados em formato "pdf". Somente serão aceitas razões assinadas pelos recorrentes.

16.8 - Todos os atos praticados durante a sessão pública deverão ser registrados em ata.

16.9 - A minuta da ata da sessão pública será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o seu encerramento. A versão definitiva da ata será disponibilizada após a adjudicação do certame.

17 - DA ADJUDICAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

17.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

17.2 - Após a homologação referida no item anterior, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

17.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei 8.666/1993, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

17.4 - Para a formalização da contratação, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

18 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei 10.520/2002, o licitante ou adjudicatário que:

18.1.1 - Não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

18.1.2 - Não retirar o instrumento que substitui o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

18.1.3 - Deixar de entregar os documentos exigidos;

18.1.4 - Apresentar documento falso;

18.1.5 - Ensejar o retardamento da licitação;

18.1.6 - Não mantiver a proposta;

18.1.7 - Cometer fraude fiscal; ou

18.1.8 - Comportar-se de modo inidôneo.

EDITAL Nº 008/2022



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

18.2 - Reputar-se-á comportamento inidôneo, exemplificativamente, os tipificados nos arts. 90 a 97 da Lei 8.666/1993 e no art. 5º da Lei 12.846/2013, a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.

18.3 - O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, às seguintes sanções:

18.3.1 - Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para os lotes em que participou o licitante;

18.3.2 - Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme o art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e o art. 28 do Decreto 2.458-R/2010;

18.4 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

18.5 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal o disposto no termo de contrato ou no termo de referência quanto ao procedimento e outras condições.

18.6 - As sanções por atos praticados durante a execução do contrato estão previstas no termo de contrato ou no termo de referência.

19 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 - Os preços máximos admitidos para o presente processo licitatório serão os seguintes:

Lote 01

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO SIGA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO TOTAL ADMITIDO
01	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO; AGENTE EXTINTOR: AGUA PRESSURIZADA; CAPACIDADE: 10 L; CONFORME NORMAS DA ABNT-NBR 12962, NT 12/2009 DO CBMES.	107725	68	R\$ 2.182,80
02	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO; AGENTE EXTINTOR: DIOXIDO DE CARBONO CO2; CAPACIDADE: 6,0 KG; CONFORME NORMAS DA ABNT-NBR 12962, NT 12/2009 DO CBMES	107721	17	R\$ 1.445,00
03	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO; AGENTE EXTINTOR: PO QUIMICO SECO PQS; CAPACIDADE: 4 KG; CONFORME NORMAS DA ABNT-NBR 12962 E NT 12/2009 DO CBMES.	1395657	3	R\$ 135,00
04	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO; AGENTE EXTINTOR: PO QUIMICO SECO PQS; CAPACIDADE: 6KG; CONFORME NORMAS DA ABNT-NBR 12962 E NT 12/2009 DO CBMES.	138640	70	R\$ 3.500,00



Govorno do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

05	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO; AGENTE EXTINTOR: DIOXIDO DE CARBONO (CO2); CAPACIDADE: 4,0 KG, CONFORME NORMAS DA ABNT-NBR 12962 E NT 12/2009 DO CBMES	107722	1	R\$ 56,00
06	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO; AGENTE EXTINTOR: DIOXIDO DE CARBONO CO2; CAPACIDADE: 10,0 KG; CONFORME NORMAS DA ABNT-NBR 12962, NT12/2009 DO CBMES.	142709	5	R\$ 900,00
TOTAL DO LOTE				R\$ 8.218,80

Lote 02

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO SIGA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO TOTAL ADMITIDO
07	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO; AGENTE EXTINTOR: AGUA PRESSURIZADA; CAPACIDADE: 10 L; CONFORME NORMAS DA ABNT-NBR 12962, NT 12/2009 DO CBMES.	107725	6	R\$ 600,00
11	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO; AGENTE EXTINTOR: DIOXIDO DE CARBONO CO2; CAPACIDADE: 6,0 KG; CONFORME NORMAS DA ABNT-NBR 12962, NT 12/2009 DO CBMES	107721	5	R\$ 375,00
12	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO; AGENTE EXTINTOR: PO QUIMICO SECO PQS; CAPACIDADE: 6KG; CONFORME NORMAS DA ABNT-NBR 12962 E NT 12/2009 DO CBMES.	138640	3	R\$ 150,00
13	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO; AGENTE EXTINTOR: DIOXIDO DE CARBONO CO2; CAPACIDADE: 10,0 KG; CONFORME NORMAS DA ABNT-NBR 12962, NT12/2009 DO CBMES.	142709	1	200,00
TOTAL DO LOTE				R\$ 1.325,00

Lote 03

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO SIGA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO TOTAL ADMITIDO
08	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO; AGENTE EXTINTOR: AGUA PRESSURIZADA; CAPACIDADE: 10 L; CONFORME NORMAS DA ABNT-NBR 12962, NT 12/2009 DO CBMES.	107725	7	R\$ 700,00
14	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO; AGENTE EXTINTOR: PO QUIMICO SECO PQS; CAPACIDADE: 4 KG; CONFORME NORMAS DA ABNT-NBR 12962 E NT 12/2009 DO CBMES.	139657	1	R\$ 100,00
15	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO; AGENTE EXTINTOR: PO QUIMICO SECO PQS; CAPACIDADE: 6KG; CONFORME	138640	6	R\$ 600,00

EDITAL Nº 008/2022

Av. João Batista Parra, 600, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29.050-375
CNPJ 27.080.571/0001 - 30 - Tel.: (27) 3347-5112 - e-mail: licitacao@sefaz.es.gov.br



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

	NORMAS DA ABNT-NBR 12962 E NT 12/2009 DO CBMES.			
16	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO; AGENTE EXTINTOR: DIOXIDO DE CARBONO CO2; CAPACIDADE:10,0 KG;CONFORME NORMAS DA ABNT-NBR 12962, NT12/2009 DO CBMES.	142709	2	500,00
TOTAL DO LOTE				R\$ 1.900,00

Lote 04

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO SIGA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO TOTAL ADMITIDO
09	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO; AGENTE EXTINTOR: AGUA PRESSURIZADA; CAPACIDADE: 10 L; CONFORME NORMAS DA ABNT-NBR 12962, NT 12/2009 DO CBMES.	107725	5	R\$ 500,00
10	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO; AGENTE EXTINTOR: PO QUIMICO SECO PQS; CAPACIDADE: 6KG; CONFORME NORMAS DA ABNT-NBR 12962 E NT 12/2009 DO CBMES.	138640	7	R\$ 700,00
TOTAL DO LOTE				R\$ 1.200,00

19.2 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.3 - Ao apresentar a proposta, o licitante assume que está fazendo isso de forma absolutamente independente e que, acaso se apresente, em qualquer momento, a formação de cartel ou qualquer conluio, a Administração adotará os meios necessários para as devidas averiguações e as respectivas sanções. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a criação de exigência não prevista neste edital.

19.4 - Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação.

19.5 - Em caso de dúvida quanto à autenticidade de assinatura constante em documento apresentado por licitante, poder-se-á diligenciar no intuito de saná-la, inclusive concedendo prazo para o reconhecimento de firma.

19.6 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

19.7 - Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado do pregoeiro.

19.8 - Em se tratando de licitação cujo objeto esteja agrupado em lotes, é possível e lícita a adjudicação e homologação da licitação, por lote, ainda que o sistema eletrônico adotado pela Administração Pública Estadual não esteja adequado para tanto, devendo constar despacho

EDITAL Nº 008/2022



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

fundamentado no respectivo processo administrativo, atestada a inexistência de recurso pendente de apreciação.

19.8.1 - Adjudicado o objeto e homologado o certame por lote, o Pregoeiro deverá providenciar a publicação do resultado da licitação quanto ao respectivo lote e, no momento oportuno, atualizar as informações no sistema eletrônico.

19.9 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.10 - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

19.11 - Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

19.12 - A participação do licitante nesta licitação, implica aceitação de todos os termos deste Edital.

19.13 - Poderá a autoridade competente, até a assinatura do contrato, excluir o licitante ou o adjudicatário do certame, por despacho motivado, se, após a fase de habilitação, tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.

19.14 - A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

19.15 - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do ajuste.

19.16 - No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurada a ampla defesa e o contraditório.



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

MINUTA



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA FAZENDA

Projeto Básico

Recarga de Extintores

SUBGERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA, SUPRIMENTOS E LOGÍSTICA

sábado, 18 de março de 2022

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada em recarga de extintores.

LOTE 1: Região Metropolitana – Vila Velha, Vitória e Serra

RECARGA DE EXTINTORES					
ITEM	DESCRIÇÃO	SIGA	LOCAL	QTDE POR LOCAL	QTDE MÁX.
01	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO; AGENTE EXTINTOR: ÁGUA PRESSURIZADA; CAPACIDADE 10L, CONFORME NORMAS DA ABNT NBR 12962, NT 12/2009 DO CBMES.	107725	SUFIS-M - Vila Velha	13	68
			SEDE - Vitória	53	
			ARE SERRA	2	
02	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO; AGENTE EXTINTOR DIOXIDO DE CARBONO (CO2); CAPACIDADE 6,0 KG; CONFORME NORMA ABNT NBR 12962, NT 12/2009 DO CBMES.	107721	SUFIS-M - Vila Velha	5	17
			SEDE - Vitória	10	
			ARE SERRA	2	
03	RECARGA DE EXTINTOR INCENDIO, AGENTE EXTINTOR: PO QUIMICO SECO PQS; CAPACIDADE 4 KG; CONFORME NORMAS ABNT NBR 12962 E NT 12/2009 DO CBMES.	139657	SUFIS-M - Vila Velha	3	03
04	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO; AGENTE EXTINTOR PO QUIMICO SECO PQS; CAPACIDADE 6KG; CONFORME NORMA ABNT NBR 12962, NT 12/2009 DO CBMES.	138640	SUFIS-M - Vila Velha	13	70
			SEDE - Vitória	57	
05	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO: AGENTE EXTINTOR DIOXIDO DE CARBONO (CO2); CAPACIDADE 4 KG, CONFORME NORMAS DA ABNT, NT 12962, NT 12/2009 DO CBMES.	107722	SUFIS-M - Vila Velha	1	01
06	RECARGA DE EXTINTOR INCENDIO; AGENTE EXTINTOR GAS DIOXIDO DE CARBONO (CO2) CAPACIDADE EXTINTOR 10 KG CONFORME; NORMA ABNT NBR 12962 E NT 12/2009 DO CBMES.	142709	SUFIS-M - Vila Velha	2	05
			SEDE - Vitória	3	
TOTAL				164	

LOTE 02: Região Sul: Cachoeiro de Itapemirim, Alegre e Venda Nova do Imigrante

RECARGA DE EXTINTORES					
ITEM	DESCRIÇÃO	SIGA	LOCAL	QTDE POR LOCAL	QTDE MÁX.
01	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO; AGENTE EXTINTOR: ÁGUA PRESSURIZADA; CAPACIDADE 10L, CONFORME NORMAS DA ABNT NBR 12962, NT 12/2009 DO CBMES.	107725	ARE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM /SUFIS-S	05	06
			ARE ALEGRE	01	
02	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO; AGENTE EXTINTOR DIOXIDO DE CARBONO (CO2); CAPACIDADE 6,0 KG; CONFORME NORMA ABNT NBR 12962, NT 12/2009 DO CBMES.	107721	ARE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM /SUFIS-S	04	05
			ARE ALEGRE	01	
03	RECARGA DE EXTINTOR INCENDIO, AGENTE EXTINTOR: PO QUIMICO SECO PQS; CAPACIDADE 4 KG; CONFORME NORMAS ABNT NBR 12962 E NT 12/2009 DO CBMES.	139657	---	00	00
04	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO; AGENTE EXTINTOR PO QUIMICO SECO PQS; CAPACIDADE 6KG; CONFORME NORMA ABNT NBR 12962, NT 12/2009 DO CBMES.	138640	ARE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM /SUFIS-S	02	03
			ARE VENDA NOVA DO IMIGRANTE	01	
05	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO: AGENTE EXTINTOR DIOXIDO DE CARBONO (CO2); CAPACIDADE 4 KG, CONFORME NORMAS DA ABNT, NT 12962, NT 12/2009 DO CBMES.	107722	---	00	00
06	RECARGA DE EXTINTOR INCENDIO; AGENTE EXTINTOR GAS DIOXIDO DE CARBONO (CO2) CAPACIDADE EXTINTOR 10 KG CONFORME; NORMA ABNT NBR 12962 E NT 12/2009 DO CBMES.	142709	ARE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM /SUFIS-S	01	01
TOTAL				15	

LOTE 03: Região Norte: Aracruz, Linhares e São Mateus

RECARGA DE EXTINTORES					
ITEM	DESCRIÇÃO	SIGA	UNIDADE	QTDE POR LOCAL	QTDE MÁX.
01	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO; AGENTE EXTINTOR: ÁGUA PRESSURIZADA; CAPACIDADE 10L, CONFORME NORMAS DA ABNT NBR 12962, NT 12/2009 DO CBMES.	107725	ARE LINHARES / SUFIS-NE	04	07
			ARE SÃO MATEUS	02	
			ARE ARACRUZ	01	
02	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO; AGENTE EXTINTOR DIOXIDO DE CARBONO (CO2); CAPACIDADE 6,0 KG; CONFORME NORMA ABNT NBR 12962, NT 12/2009 DO CBMES.	107721	---	00	00
03	RECARGA DE EXTINTOR INCENDIO, AGENTE EXTINTOR: PO QUIMICO SECO PQS; CAPACIDADE 4 KG; CONFORME NORMAS ABNT NBR 12962 E NT 12/2009 DO CBMES.	139657	ARE LINHARES / SUFIS-NE	01	01
04	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO; AGENTE EXTINTOR PO QUIMICO SECO PQS; CAPACIDADE 6KG; CONFORME NORMA ABNT NBR 12962, NT 12/2009 DO CBMES.	138640	ARE LINHARES / SUFIS-NE	03	06
			ARE SÃO MATEUS	02	
			ARE ARACRUZ	01	
05	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO: AGENTE EXTINTOR DIOXIDO DE CARBONO (CO2); CAPACIDADE 4 KG, CONFORME NORMAS DA ABNT, NT 12962, NT 12/2009 DO CBMES.	107722	---	00	00
06	RECARGA DE EXTINTOR INCENDIO; AGENTE EXTINTOR GAS DIOXIDO DE CARBONO (CO2) CAPACIDADE EXTINTOR 10 KG CONFORME; NORMA ABNT NBR 12962 E NT 12/2009 DO CBMES.	142709	ARE LINHARES / SUFIS-NE E	02	02
TOTAL				16	

LOTE 04: Região Noroeste: Colatina e Barra de São Francisco

ITEM	DESCRIÇÃO	SIGA	UNIDADE	QTDE POR LOCAL	QTDE MÁX.
01	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO; AGENTE EXTINTOR: ÁGUA PRESSURIZADA; CAPACIDADE 10L, CONFORME NORMAS DA ABNT NBR 12962, NT 12/2009 DO CBMES.	107725	ARE BARRA DE SÃO FRANCISCO	01	05
			ARE COLATINA / SUFIS-NO	04	
02	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO; AGENTE EXTINTOR DIOXIDO DE CARBONO (CO2); CAPACIDADE 6,0 KG; CONFORME NORMA ABNT NBR 12962, NT 12/2009 DO CBMES.	107721	---	00	00
03	RECARGA DE EXTINTOR INCENDIO, AGENTE EXTINTOR: PO QUIMICO SECO PQS; CAPACIDADE 4 KG; CONFORME NORMAS ABNT NBR 12962 E NT 12/2009 DO CBMES.	139657	---	00	00
04	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO; AGENTE EXTINTOR PO QUIMICO SECO PQS; CAPACIDADE 6KG; CONFORME NORMA ABNT NBR 12962, NT 12/2009 DO CBMES.	138640	ARE COLATINA / SUFIS-NO	06	07
			ARE BARRA DE SÃO FRANCISCO	01	
05	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO: AGENTE EXTINTOR DIOXIDO DE CARBONO (CO2); CAPACIDADE 4 KG, CONFORME NORMAS DA ABNT, NT 12962, NT 12/2009 DO CBMES.	107722	---	00	00
06	RECARGA DE EXTINTOR INCENDIO; AGENTE EXTINTOR GAS DIOXIDO DE CARBONO (CO2) CAPACIDADE EXTINTOR 10 KG CONFORME; NORMA ABNT NBR 12962 E NT 12/2009 DO CBMES.	142709	---	00	00
TOTAL				12	

2. DA JUSTIFICATIVA

O presente Projeto Básico foi elaborado objetivando a contratação de empresa especializada em recarga de unidades extintoras, para abastecimento dos extintores alocados nas instalações da Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ/ES, de acordo com as especificações e quantidades contidas neste documento e em obediência à legislação pertinente de combate a incêndio.

A pretensa contratação tem ainda por finalidade garantir a integridade física de todos aqueles que fazem uso das dependências da SEFAZ/ES, assim como a proteção do patrimônio público.

Considerando que:

- ✓ O Decreto Nº 2423-R, de 15 de dezembro de 2009, regulamenta a Lei nº 9.269, de 21 de julho de 2009 e institui o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico (COSCIPI) no âmbito do território do Estado do Espírito Santo e estabelece outras providências;
- ✓ A última recarga de extintores alocados nas unidades da SEFAZ/ES foi realizada no mês de outubro de 2020;
- ✓ A recarga dos extintores deve ser executada anualmente;

É dever da Secretaria de Estado da Fazenda manter todos os extintores de suas dependências dentro do prazo de validade, visando à segurança, dentro de suas edificações, de seus servidores, colaboradores e contribuintes.

3. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 3.1. Executar o objeto nas condições especificadas pela CONTRATANTE;
- 3.2. Registrar as ocorrências havidas durante a execução do objeto, de tudo dando ciência à CONTRATANTE, respondendo integralmente por sua omissão;
- 3.3. Manter durante a execução do objeto, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Projeto Básico;
- 3.4. Fornecer a recarga dos extintores ou os extintores recarregados em horário normal de expediente, de 9h às 17h;

- 3.5. Os funcionários deverão estar devidamente identificados com o uniforme da empresa;
- 3.6. Na necessidade de remoção dos extintores para recarga, a CONTRATADA deverá fornecer sobressalentes em quantitativo e características iguais até o retorno dos equipamentos removidos.
- 3.7. Entregar, de acordo com a demanda da CONTRATANTE, o objeto especificado no ANEXO I, em no máximo 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pela CONTRATANTE. Em caso de desacordo com as referidas especificações, fica a CONTRATADA responsável pela substituição do produto, num prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir do recebimento daqueles que forem devolvidos, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil de 2002.
- 3.8. Apresentar o planejamento/logística dos locais a visitar (especificados no item 9) para realização do serviço para aprovação e acompanhamento pela CONTRATANTE.
- 3.9. Retirar, transportar, substituir ou corrigir às suas expensas, no prazo de 05 (dias) dias corridos após o recebimento da notificação expedida pela CONTRATANTE, o material que for constatado com vícios, avarias e/ou defeitos ou incorreções, conforme item 8.4 deste Projeto Básico.
- 3.10. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos extintores recarregados.
- 3.11. Arcar com todos os gastos e despesas, diretas ou indiretas, que se fizerem necessários à execução do objeto, bem como para o adimplemento das obrigações decorrentes do contrato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, tais como: impostos, taxas, emolumentos, equipamentos, ferramentas, transportes horizontais e verticais, fretes, peças, acessórios, etc.
- 3.12. Registrar as ocorrências havidas durante a instalação dos objetos, de tudo dando ciência à CONTRATANTE, respondendo integralmente por sua omissão.
- 3.13. Usar pessoal próprio, contratado sob a sua inteira responsabilidade, capacitado, orientado, treinado e devidamente identificado com o

uniforme da empresa, para, sob a sua supervisão direta, executar os serviços em condições de segurança e com qualidade.

- 3.14. Fornecer Equipamentos de Proteção Individual - EPI's apropriados para o exercício das atividades profissionais, conforme exigidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
- 3.15. Credenciar junto à CONTRATANTE um representante da CONTRATADA para prestar esclarecimentos e atender prontamente a todas as chamadas que se fizerem necessárias.
- 3.16. Prestar todo e qualquer esclarecimento que lhe for solicitado pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações.

4. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 4.1. Tornar disponível o local onde será retirado/entregue os extintores, permitindo o acesso dos funcionários da CONTRATADA às suas dependências para execução dos serviços referentes ao objeto, conforme normas de acessibilidade do órgão CONTRATANTE.
- 4.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes solicitados pela CONTRATADA.
- 4.3. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a retirada/entrega dos extintores.
- 4.4. Fiscalizar a entrega dos extintores recarregados, podendo sustar, recusar, solicitar, fazer ou desfazer qualquer entrega ou serviços, no todo ou em parte, que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Projeto Básico.
- 4.5. Emitir relatórios sobre os atos relativos à execução do contrato que vier a ser firmado, em especial, quanto ao acompanhamento e à fiscalização da execução dos serviços, à exigência de condições estabelecidas e à proposta de aplicação de sanções.
- 4.6. O serviço poderá ser realizado através da substituição do extintor da SEFAZ por outro da mesma equivalência e garantia própria da empresa.

5. DAS CONDIÇÕES DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 5.1. A CONTRATADA deverá prestar os serviços de garantia da recarga dos extintores contra vazamentos e despressurizações, englobando no mínimo os 12 (doze) primeiros meses, contados a partir da emissão do Termo de Aceite Definitivo pelo órgão CONTRATANTE.
- 5.2. A garantia abrange a manutenção corretiva e/ou assistência técnica dos produtos diretamente pela CONTRATADA ou por intermédio de empresa credenciada, e de acordo com as normas técnicas específicas, a fim de manter o produto em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.
- 5.3. O licitante arrematante deverá indicar em sua proposta comercial o nome da empresa que prestará a assistência técnica, a pessoa de contato, o endereço, o e-mail e o telefone para chamadas de assistência.
- 5.4. Os serviços deverão ser realizados nas dependências do órgão CONTRATANTE ou, não sendo possível sanar o defeito do bem no local em que se encontrar, este deverá ser retirado para conserto externo sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, sendo que o prazo para reparo não poderá exceder a 10 (dez) dias, contados a partir da notificação.
- 5.5. A CONTRATADA ou sua credenciada deverá iniciar o atendimento aos chamados num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a comunicação por parte da CONTRATANTE.

6. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 6.1. Comprovação de que a licitante fornece ou forneceu, sem restrições, produtos iguais ou similares ao objeto do presente Projeto Básico.
- 6.2. A empresa deverá comprovar essa aptidão com a apresentação de 01 (um) atestado ou declaração de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão tomador.
- 6.3. O atestado deverá conter: a razão social e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone, fax); descrição dos serviços prestados em conformidade com este Projeto Básico; local e

data de emissão; nome, cargo, telefone, fax, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.

- 6.4. Apresentar o Cadastro do licitante junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo como empresa instaladora e conservadora de sistemas de proteção contra incêndio e pânico, referente aos serviços descritos neste Projeto Básico.

7. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE designará formalmente o servidor responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização da execução do objeto, competindo-lhe atestar a entrega do mesmo, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

8. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

- 8.1.** Os extintores recarregados deverão ser entregues nos locais indicados pela CONTRATANTE, em no máximo 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA.
- 8.2.** A CONTRATADA deverá apresentar o planejamento/logística para aprovação e acompanhamento pela CONTRATANTE.
- 8.3.** A entrega e a montagem serão acompanhadas por servidor(es) indicado(s) pela CONTRATANTE que comprovará(ão) a quantidade e qualidade dos materiais fornecidos, considerando os parâmetros elencados neste Projeto Básico e de acordo com a estratégia/logística previamente estabelecida.
- 8.4.** A CONTRATADA deverá efetuar a troca do(s) produto(s) que não atender(em) às especificações do objeto contratado, no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da solicitação, arcando com o ônus decorrente.
- 8.5.** Os serviços deverão ser iniciados somente com autorização do fiscal do contrato, que irá obedecer a validade da última recarga para montar o cronograma de execução juntamente com a CONTRATADA.

9. DAS UNIDADES DA SEFAZ/ES E SEUS RESPECTIVOS ENDEREÇOS

- **Agência em Alegre** » Av. Jerônimo Monteiro, s/n, Centro, Alegre/ ES, CEP 29500-000.
- **Agência em Aracruz** » Av. Venâncio Flores, n.º 1.290, Centro, Aracruz/ ES, CEP 29190-010.
- **Agência em Barra de São Francisco** » Av. Jones dos Santos Neves, n.º 361, Centro, Barra de São Francisco/ ES, CEP 29800-000.
- **Agência em Cachoeiro de Itapemirim/ SUFIS-S** » Rua Siqueira Lima, n.º 3, Centro, Cachoeiro de Itapemirim/ ES, CEP 29300-180.
- **Agência em Linhares/ SUFIS-NE** » Av. Governador Carlos Lindenberg, n.º 625, Centro, Linhares/ ES, CEP 29900-203.
- **Agência em São Mateus** » Rua Coronel Constantino Cunha, n.º 406, Centro, São Mateus/ ES, CEP 29930-360.
- **Sede da SEFAZ/ES** » Rua João Batista Parra n.º 600, Ed. Aureliano Hoffman, Enseada do Suá, Vitória/ ES, CEP 29050-375.
- **Agência em Vitória** » Rua João Batista Parra n.º 600, Ed. Aureliano Hoffman, Enseada do Suá, Vitória/ ES, CEP 29050-375.
- **Agência na Serra** » Pça. Barbosa Leão, s/n, Serra Centro, Serra/ ES, CEP 29176-050.
- **SUFIS-M - Vila Velha** » Av. Carlos Lindenberg, n.º 1.445, Glória, Vila Velha/ ES, CEP 29.122-355.
- **SUFIS-M - Vila Velha - ALMOXARIFADO/ ARQUIVO** » Av. Carlos Lindenberg, n.º 1.445, Glória, Vila Velha/ ES, CEP 29.122-355.
- **Agência em COLATINA – SUFIS - NO** » Rua Bartovino Costa, nº 80, Vila Nova, Colatina/ ES, CEP 29702-020.
- **Agência em Venda Nova do Imigrante** » Av. Angelo Altoé, n.º 886, Ed. ESMIG, Lj. 06 e 07, Santa Cruz, Venda Nova do Imigrante/ ES, CEP 29375-000.

10. DO RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ/ES

Subgerência de Infraestrutura, Suprimentos e Logística – SULOG

ANEXO I

DESCRIÇÃO DOS EXTINTORES PARA RECARGA

RECARGA DE EXTINTORES				
ITEM	DESCRIÇÃO	SIGA	UNIDADE	QTDE MÁX.
01	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO; AGENTE EXTINTOR: ÁGUA PRESSURIZADA; CAPACIDADE 10L, CONFORME NORMAS DA ABNT NBR 12962, NT 12/2009 DO CBMES.	107725	UNIDADE	86
02	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO; AGENTE EXTINTOR DIOXIDO DE CARBONO (CO2); CAPACIDADE 6,0 KG; CONFORME NORMA ABNT NBR 12962, NT 12/2009 DO CBMES.	107721	UNIDADE	22
03	RECARGA DE EXTINTOR INCENDIO, AGENTE EXTINTOR: PO QUIMICO SECO PQS; CAPACIDADE 4 KG; CONFORME NORMAS ABNT NBR 12962 E NT 12/2009 DO CBMES.	139657	UNIDADE	04
04	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO; AGENTE EXTINTOR PO QUIMICO SECO PQS; CAPACIDADE 6KG; CONFORME NORMA ABNT NBR 12962, NT 12/2009 DO CBMES.	138640	UNIDADE	86
05	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO: AGENTE EXTINTOR DIOXIDO DE CARBONO (CO2); CAPACIDADE 4 KG, CONFORME NORMAS DA ABNT, NT 12962, NT 12/2009 DO CBMES.	107722	UNIDADE	01
06	RECARGA DE EXTINTOR INCENDIO; AGENTE EXTINTOR GAS DIOXIDO DE CARBONO (CO2) CAPACIDADE EXTINTOR 10 KG CONFORME; NORMA ABNT NBR 12962 E NT 12/2009 DO CBMES.	142709	UNIDADE	08
TOTAL				207

ANEXO II**EXTINTORES POR LOCAL**

ITEM	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	UNIT.	TOTAL
01	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO; AGENTE EXTINTOR: ÁGUA PRESSURIZADA; CAPACIDADE 10L, CONFORME NORMAS DA ABNT NBR 12962, NT 12/2009 DO CBMES.	AGENCIA EM ALEGRE	01	86
		SUFIS-M - ALMOXARIFADO/AGF	06	
		AGÊNCIA EM ARACRUZ	01	
		AGENCIA EM BARRA DE SÃO FRANCISCO	01	
		AGENCIA EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – SUFIS-S	05	
		AGENCIA EM COLATINA – SUFIS-NO	04	
		AGENCIA EM LINHARES – SUFIS-NE	04	
		AGENCIA EM SÃO MATEUS	02	
		AGENCIA EM SERRA	02	
		SUFIS-M - VILA VELHA	07	
		AGENCIA EM VITÓRIA	04	
SEDE DA SEFAZ	49			
02	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO; AGENTE EXTINTOR DIOXIDO DE CARBONO (CO2) CAPACIDADE 6,0 KG; CONFORME NORMA ABNT NBR 12962, NT 12/2009 DO CBMES.	AGENCIA EM ALEGRE	01	22
		AGENCIA EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - SUFIS-S	04	
		AGENCIA EM SERRA	02	
		SUFIS M - VILA VELHA	05	
		AGENCIA EM VITÓRIA	04	
		SEDE SEFAZ	06	
03	RECARGA DE EXTINTOR INCENDIO, AGENTE EXTINTOR: PO QUIMICO SECO PQS; CAPACIDADE 4 KG; CONFORME NORMAS ABNT NBR 12962 E NT 12/2009 DO CBMES.	SUFIS-M - ALMOXARIFADO/AGF	03	04
		AGENCIA EM LINHARES – SUFIS- NE	01	
04	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO; AGENTE EXTINTOR PO QUIMICO SECO PQS; CAPACIDADE 6KG; CONFORME NORMA ABNT NBR 12962, NT 12/2009 DO CBMES.	SUFIS-M - ALMOXARIFADO/AGF	03	86
		AGENCIA EM ARACRUZ	01	
		AGENCIA EM BARRA DE SÃO FRANCISCO	01	
		AGENCIA EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – SUFIS-S	02	
		AGENCIA EM COLATINA – SUFIS-NO	06	
		AGENCIA EM LINHARES	03	
		AGENCIA EM VENDA NOVA DO IMIGRANTE	01	
		AGENCIA EM SÃO MATEUS	02	
		SUFIS M - VILA VELHA	10	
SEDE SEFAZ	57			

05	RECARGA DE EXTINTOR: AGENTE EXTINTOR DIOXIDO DE CARBONO (CO2); CAPACIDADE 4 KG, CONFORME NORMAS DA ABNT, NT 12962, NT 12/2009 DO CBMES.	SUFIS M - VILA VELHA	01	01
06	RECARGA DE EXTINTOR INCENDIO; AGENTE EXTINTOR DIOXIDO DE CARBONO (CO2); CAPACIDADE 10 KG CONFORME; NORMA ABNT NBR 12962 E NT 12/2009 DO CBMES.	SUFIS-M - ALMOXARIFADO/ AGF	01	08
		AGENCIA EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – SUFIS-S	01	
		AGENCIA EM LINHARES – SUFIS-NE	02	
		SUFIS-M - VILA VELHA	01	
		SEDE SEFAZ	02	
		AGENCIA EM VITÓRIA	01	
			TOTAL	207

ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

JOELMA FREIRE NUNES
SUBGERENTE QCE-05
SULOG - SEFAZ - GOVES
assinado em 18/03/2022 09:13:18 -03:00

ADRIANA HIROMI NISHIDA MORELATO
ESPECIALISTA EM POL PUB E GESTAO GOVERNAMENTAL
SULOG - SEFAZ - GOVES
assinado em 18/03/2022 15:25:56 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 18/03/2022 15:25:56 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por JOELMA FREIRE NUNES (SUBGERENTE QCE-05 - SULOG - SEFAZ - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-63W5QT>



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

ANEXO II – MODELOS DO EDITAL

ANEXO II.A - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

___ de _____ de ____.

PREGÃO Nº ___/___

Empresa: (_____ Nome da Empresa _____)

À (Nome do Órgão)

Prezados Senhores,

1 - Compõem nossa Proposta os seguintes anexos:

1.1 - Proposta Comercial Detalhada, com a indicação do preço unitário de cada item e do preço global.

1.2 - Documentos exigidos para Habilitação (conforme Anexos III e IV do Edital).

1.3 - Dados Complementares para Assinatura do Contrato.

2 - O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data limite para o acolhimento da mesma.

3 - Os preços ora propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças de modo a se constituírem à única e total contraprestação pela execução dos serviços.

4 - Indicação da modalidade de garantia do contrato, conforme art. 56 da Lei 8.666/1993.

Atenciosamente,

Identificação e assinatura

EDITAL Nº 008/2022

Av. João Batista Parra, 600, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29.050-375
CNPJ 27.080.571/0001 - 30 - Tel.: (27) 3347-5112 - e-mail: licitacao@sefaz.es.gov.br



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

**ANEXO II.B – DADOS COMPLEMENTARES PARA ASSINATURA DO INSTRUMENTO
CONTRATUAL**

NOME:

NÚMERO DE IDENTIDADE:

ÓRGÃO EMISSOR:

CPF:

ENDEREÇO COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA:

E-MAIL:

Vitória, ____ de ____ de ____.

Assinatura e Carimbo



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

ANEXO II.C – MODELO DE DECLARAÇÃO DO ART. 7º, XXXIII, DA CF

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO

AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF

Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: empregamos menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendizes ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Vitória, _____ de _____ de _____.

Licitante interessado



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

ANEXO III – EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

Para habilitar-se no certame, após a fase de disputa, o licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

1 - DA HABILITAÇÃO

Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por servidor da unidade que realizará o Pregão, ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste edital.

Deverá estar prevista no Estatuto ou Contrato Social da licitante a autorização para empreender atividades compatíveis com o objeto desta Licitação.

1.1 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual;

1.1.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;

1.1.3 - Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício;

1.1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

1.2 - DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

1.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

1.2.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta expedida pela RFB/PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

1.2.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado).

1.2.4 - Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante.

1.2.5 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

1.2.6 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

1.2.6.1 - Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

1.2.6.2 - Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal e trabalhista para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

1.2.6.3 - A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresentem alguma restrição;

1.2.6.4 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

1.2.6.5 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período;

1.2.6.6 - Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal e trabalhista, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão;

1.2.6.7 - Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista;

1.2.6.8 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão;

1.2.6.9 - A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.3 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.3.1 - Comprovação de que o licitante prestou, sem restrição, serviço igual ou semelhante ao indicado no Anexo I do edital. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) atestado ou declaração de capacidade técnica, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão tomador do serviço.

1.3.2 - O atestado deverá conter: a razão social e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone, fax); descrição dos serviços prestados em conformidade com este Projeto Básico; local e data de emissão; nome, cargo, telefone, fax, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.

1.3.3 - Apresentar o Cadastro do licitante junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo como empresa instaladora e conservadora de sistemas de proteção contra incêndio e pânico, referente aos serviços descritos neste Projeto Básico.



1.4 - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1.4.1 - Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referentes ao último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

1.4.1.1 - No caso de sociedade anônima e de outras empresas obrigadas à publicação, deverá ser apresentada a cópia da publicação, na imprensa oficial, do Balanço e das Demonstrações Contábeis, além da ata de aprovação devidamente registrada na Junta Comercial.

1.4.1.2 - Quando não houver a obrigatoriedade de publicação do Balanço e das Demonstrações Contábeis, deverão ser apresentadas cópias legíveis dessas peças, bem como dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, registrado na Junta Comercial ou no órgão competente.

1.4.1.3 - No caso de Livro Diário expedido através do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverá ser apresentado além do Balanço e das Demonstrações Contábeis, registrado no órgão competente, o termo de abertura e de encerramento do Livro Diário e o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital emitido pelo referido sistema.

1.4.1.4 - Consideram-se “já exigíveis” as Demonstrações Contábeis e o Balanço Patrimonial referentes ao exercício social imediatamente antecedente ao ano da licitação, quando a data de apresentação dos documentos de habilitação ocorrer a partir de 01 de maio (art. 1.078, I, do Código Civil), mesmo no caso de licitantes obrigados ao SPED, devendo ser desconsiderado prazo superior para transmissão das peças contábeis digitais estabelecido por atos normativos que disciplinam o citado SPED (conforme entendimento do TCU, Acórdãos 1999/2014 e 119/2016, ambos do Plenário).

1.4.1.5 - Empresa que, de acordo com a legislação, não tenha apurado as demonstrações contábeis referentes ao seu primeiro exercício social, deverá apresentar balanço de abertura, levantado na data de sua constituição, conforme os requisitos de legislação societária e comercial.

1.4.2 - Para ser habilitado o Licitante deverá alcançar o Índice de Liquidez Geral - ILG, o Índice de Solvência Geral - ISG e o Índice de Liquidez Corrente - ILC igual ou maior do que 1,00 (um), apurados a partir dos dados expressos no Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, pelas fórmulas seguintes:

$$ILG = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE\ (AC) + REALIZÁVEL\ A\ LONGO\ PRAZO\ (RLP)}{PASSIVO\ CIRCULANTE\ (PC) + PASSIVO\ NÃO\ CIRCULANTE\ (PNC)}$$

$$ISG = \frac{ATIVO\ TOTAL\ (AT)}{PASSIVO\ CIRCULANTE\ (PC) + PASSIVO\ NÃO\ CIRCULANTE\ (PNC)}$$

$$ILC = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE\ (AC)}{PASSIVO\ CIRCULANTE\ (PC)}$$



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

1.4.2.1 - As memórias de cálculo de cada índice devem ser anexadas pelo licitante à documentação relativa à qualificação econômico-financeira.

1.4.2.2 - Os licitantes que apresentarem resultado menor do que 1,00 (um) em qualquer dos índices referidos serão considerados habilitados se, conjuntamente com os documentos de habilitação, comprovarem patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) ou prestarem garantia equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, considerado o período de doze meses.

1.4.3 - Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observada a data de validade definida no instrumento.

1.4.3.1 - No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão deverá apresentar data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação.

1.4.3.2 - Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada, por meio da documentação apropriada, a sentença homologatória do plano de recuperação judicial, além do cumprimento dos demais requisitos de habilitação constantes neste Edital

1.5 - DA DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII, ART. 7º, DA CF/88

1.5.1 - Declaração de que inexistem, no quadro funcional da empresa, menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de dezesseis anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos (Lei 9.854/1999), conforme modelo constante no Anexo II do Edital.

2 - DAS REGRAS RELATIVAS AO CRC/ES

2.1 - Os licitantes que desejarem se cadastrar perante o Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo (CRC/ES) deverão seguir as regras estabelecidas pelo Decreto Estadual 2.394-R/2009 e demais normas complementares.

2.2 - Os licitantes cadastrados no CRC/ES poderão deixar de apresentar a documentação exigida nos itens 1.1 e 1.2.

2.3 - Somente serão dispensados os documentos exigidos no item 1.2, que se encontrarem dentro do prazo de sua validade.

2.4 - Caso algum documento apresentado junto ao CRC/ES já esteja vencido, esse deverá ser apresentado junto ao Pregoeiro para fins de comprovar sua regularidade habilitatória.

2.5 - O CRC/ES não exige os interessados de apresentar a documentação relativa à qualificação técnica (item 1.3) exigida, salvo se previamente encaminhada ao Núcleo de Cadastro e devidamente cadastrada.

2.6 - Em todo o caso, fica o licitante - cadastrado ou habilitado parcialmente - obrigado a declarar, sob as penalidades legais, a eventual ocorrência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação.

EDITAL Nº 008/2022



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

2.7 - Declarando o licitante que possui cadastro no CRC/ES, competirá ao Pregoeiro verificar a veracidade da afirmação por meio de consulta ao referido Sistema, devendo ser juntados aos autos os comprovantes da consulta.

3 - DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS

3.1 - Os licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar nº. 123/2006 e reproduzidos neste edital, deverão apresentar ainda os seguintes documentos.

3.2 - Licitantes optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar 123/2006:

3.2.1 - Comprovante de opção pelo Simples obtido no site do Ministério da Fazenda, (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/ConsultaOptantes.app/ConsultarOpcao.aspx>) ou do site do SINTEGRA (<http://www.sintegra.gov.br>), desde que o comprovante de fato ateste a opção pelo Simples.

3.2.2 - Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do art. 3º da LC 123/2006.

3.3 - Licitantes não optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

3.3.1 - Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da LC 123/06;

3.3.2 - Cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;

3.3.3 - Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

3.3.4 - Cópia do contrato social e suas alterações; e

3.3.5 - Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da LC 123/06.

3.4 - Os documentos aos quais se refere este item somente deverão ser apresentados após a convocação para assinar o contrato, ainda que as microempresas, e pequenas empresas ou equiparadas não optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação possuam habilitação parcial no CRC/ES.

3.5 - O licitante que invocar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e não apresentar os documentos comprobatórios respectivos ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, e será descredenciado do CRC/ES, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais, incluindo a sanção penal prevista no art. 93 da Lei 8.666/1993, quando for o caso.

3.6 - Em caso de empresário ou sociedade empresária submetida ao registro obrigatório na Junta Comercial, fica dispensada a apresentação da cópia do contrato social e suas alterações, desde que seja apresentada a Certidão Simplificada da Junta Comercial da qual conste o



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, expedida em prazo não superior a 15 dias da data marcada para a abertura das propostas.

3.7 - A licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP optante pelo Simples Nacional que porventura venha a ser contratada deverá atender ao que dispõem os arts. 17, inciso XII, 30, inciso II e § 1º e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, comunicando à Receita Federal, sendo o caso, no prazo legal, sua exclusão do Simples Nacional, sob pena de aplicação das sanções contratuais previstas e retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor.

MANUUTA



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

ANEXO IV – DECLARAÇÃO CONJUNTA UNIFICADA

AO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DA FAZENDA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0XX/2022.

PROCESSO N.º 2021-F2FQ3

DECLARAÇÃO UNIFICADA

Pelo presente, em atenção aos termos do EDITAL em referência, a empresa **xxxxxxx** DECLARA, sob as penas da Lei, que:

- Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- Cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

(Local e Data)

Nome e Assinatura do Representante legal



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

ANEXO V - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Contrato nº ____/_____
Pregão Eletrônico nº 008/2022
Processo nº 2021-F2FQ3

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ E A EMPRESA PARA A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECARGA DE UNIDADES EXTINTORAS.

O Estado do Espírito Santo, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SEFAZ**, doravante denominada **CONTRATANTE**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.080.571/0001-30, com sede na Avenida João Batista Parra, nº 600, Enseada do Suá, Vitória/ES, representada legalmente pelo seu Secretário, **Sr. MARCELO MARTINS ALTOÉ**, brasileiro, casado, Advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 070.978.487-23, portador da C.I. nº 1212595 – SSP-ES, residente e domiciliado na Rua Nicolau Von Shilgen, nº 130, apto. 302, Mata da Praia, CEP 29065-130, Vitória/ES, e a Empresa **XXXXXXXXXX**, com sede _____(endereço completo)_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ neste ato representada pelo _____(condição jurídica do representante)_____ Sr. _____(nome, nacionalidade, estado civil, profissão)_____ ajustam o presente CONTRATO de compra e venda de (DESCREVER O MATERIAL), nos termos da Lei 8.666/1993, de acordo com os termos do processo acima mencionado, parte integrante deste instrumento independente de transcrição, juntamente com a Proposta apresentada pela CONTRATADA, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste CONTRATO, que se regerá pelas Cláusulas Seguintes.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de Recarga de Unidades Extintoras, conforme discriminado no Termo de Referência que integra o Anexo I deste Contrato.

1.2 - Integram este Contrato, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- (a) o Edital e todos os seus Anexos;
- (b) a Proposta Comercial da Contratada.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - Fica estabelecido o regime de execução indireta, sob a modalidade empreitada por preço _____(global ou unitário), nos termos do art. 10, II, ____ ("a" ou "b") da Lei 8.666/93.

EDITAL Nº 008/2022

Av. João Batista Parra, 600, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29.050-375
CNPJ 27.080.571/0001 - 30 - Tel.: (27) 3347-5112 - e-mail: licitacao@sefaz.es.gov.br



3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1 - O valor total da contratação é de R\$ _____ (valor por extenso), e nele deverão estar inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão-de-obra, instalações e quaisquer despesas inerentes à execução do objeto contratual.

3.1.1 - Quando necessária a substituição de peças ou o uso de insumos caberá à Contratada fazê-lo, sem custo adicional para a Contratante.

3.1.2 - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

3.2 - As condições e critérios para revisão e reajuste estão previstas na Cláusula Décima.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - A Contratante pagará à Contratada pelo serviço efetivamente prestado no mês de referência, vedada a antecipação, na forma abaixo:

4.1.1 - Caberá a Contratada no 1º dia útil após a conclusão da parcela comunicar por escrito a Contratante tal fato, devendo a Administração receber o objeto na forma do presente contrato.

4.1.2 - Após recebimento definitivo do objeto, na forma deste Contrato, a Contratada deverá apresentar a fatura, em no máximo 02 (dois) dias úteis.

4.1.3 - A fatura será paga até o 10º (décimo) dia útil, em cumprimento ao estabelecido na Portaria SEFAZ Nº 34-R, de 18/06/2020, que estabelece normativas aos procedimentos relativos à execução financeira do Estado, bem como o previsto no art. 4º, inciso IV, do Decreto Estadual nº 4.662-R/2020.

4.1.4 - O pagamento dos bens e serviços constantes nas respectivas Ordens de Serviço ou de Fornecimento de Bem serão autorizados com a emissão dos Termos de Aceite de Fornecimento de Serviço.

4.1.5 - Somente poderão ser faturados os bens efetivamente entregues e os serviços efetivamente prestados pela contratada, conforme Ordens de Serviços e Ordens de Fornecimento de Bem emitidas pela contratante.

4.2 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

4.3 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se à respectiva discriminação dos serviços efetuados, o memorial de cálculo da fatura.



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

4.4 - A liquidação das despesas obedecerá, rigorosamente o, estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.

4.5 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

4.6 - Na hipótese da indisponibilidade temporária do índice, a Contratada emitirá a fatura considerando o índice de reajuste utilizado no mês anterior ao de referência, ficando a diferença para emissão "a posteriori", quando da disponibilidade do índice definitivo, para acerto na fatura seguinte, sem reajustes.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DO FATURAMENTO

5.1 - Deverá a CONTRATADA apresentar nota fiscal/fatura que:

5.1.1 - Registre o valor dos serviços, o valor líquido da nota e o valor dos impostos sujeitos a retenção na fonte, inclusive o ISSQN (quando for o caso), os quais serão retidos e recolhidos diretamente pela CONTRATANTE;

5.1.1.1 - A critério da CONTRATANTE, poderá ser exigida da CONTRATADA a apresentação das guias de recolhimento de tributos sujeitos a retenção na fonte, especialmente no caso de municípios que não a disponibilizem pela internet.

5.1.2 - No que se refere a impostos não sujeitos a retenção na fonte, seja instruída com anexos que comprovem o recolhimento dos Tributos incidentes, relativos ao faturamento do mês imediatamente anterior ao do faturamento que estiver sendo apresentado;

6 - CLÁUSULA SEXTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.1 - O prazo de vigência contratual terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato no Diário Oficial e terá duração de 12 (doze) meses.

6.2 - A prorrogação poderá ser admitida nos termos do art. 57, II, da Lei 8.666/1993, por sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses, desde que cumpridos os requisitos materiais e formais do citado dispositivo legal e do Enunciado CPGE nº 08, disponível na página da Procuradoria Geral do Estado.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este Contrato correrão na atividade 04.123.0050.2151 - GESTÃO FISCAL, CONTÁBIL E FINANCEIRA DO ESTADO, Elemento Despesa 3.3.90.30.00, conforme tabela, do orçamento da SEFAZ para o exercício de 2022.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

8.1 - A CONTRATADA prestará garantia de execução contratual no valor de R\$ _____ (_____), na modalidade de _____, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis do início de sua vigência.



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

8.2 - Sem prejuízo das demais hipóteses previstas no contrato e na regulamentação vigente, a garantia poderá ser utilizada para o pagamento de:

8.2.1 - Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

8.2.2 - Prejuízos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

8.2.3 - Multas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;

8.2.4 - Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas, quando couber.

8.3 - A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

8.4 - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, nas mesmas condições e parâmetros da contratação, evitando-se a interrupção da continuidade da cobertura pela garantia.

8.5 - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

8.6 - A inobservância do prazo fixado para apresentação ou renovação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), o qual poderá ser glosado de pagamentos devidos.

8.6.1 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

8.6.2 - A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base nesta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas em lei, sem prejuízo da manutenção da multa aplicada.

8.7 - Será considerada extinta e liberada a garantia:

8.7.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE de que a CONTRATADA cumpriu todas as obrigações contratuais;

8.7.2 - No prazo de 03 (três) meses após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

9 - CLÁUSULA NONA: DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

9.1 - Compete à Contratada:

(a) Executar o serviço ajustado nos termos da Cláusula 1ª, por intermédio exclusivo de seus empregados;



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

(b) Utilizar, na execução do serviço contratado, pessoal que atenda, dentre outros, aos seguintes requisitos:

(b.1) qualificação para o exercício das atividades que lhe forem confiadas;

(b.2) bons princípios de urbanidade;

(b.3) pertencer ao seu quadro de empregados;

(c) Registrar as ocorrências havidas durante a execução do presente Contrato, de tudo dando ciência à Contratante, respondendo integralmente por sua omissão;

(d) Se responsabilizar pelo perfeito funcionamento do(s) equipamento(s), objeto do contrato, inclusive nas eventuais trocas de peças que apresentarem defeitos;

(e) Observar, após a comunicação feita pela Contratante, o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para sanar o defeito no local dos serviços;

(f) Manter, durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação.

(g) Visando ao regular cumprimento do contrato firmado com a Administração Pública, o CONTRATADO, nos termos do Decreto Estadual nº 4.251-R/2018, se obriga a efetivar a contratação de mão-de-obra necessária à execução da obra ou serviço advinda do sistema penitenciário estadual, no percentual de 6% (seis por cento) da mão-de-obra total para a execução do objeto contratual, nos termos do art. 36 da Lei 7.210/1984.

g.1) Para tanto, deverá o CONTRATADO, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, formular pedido por escrito ao CONTRATANTE, onde especificará a quantidade e os serviços que serão prestados pelos trabalhadores a serem contratados.

g.2) No prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do requerimento formulado pelo CONTRATADO, onde especificará a quantidade e os serviços que serão prestados pelos trabalhadores a serem contratados, o CONTRATANTE se obriga a apresentar a relação dos trabalhadores aptos à contratação.

g.3) Visando ao cumprimento da obrigação acima mencionada, o CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, contados do requerimento formulado pelo CONTRATADO, solicitará à SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA – SEJUS – a relação dos trabalhadores aptos à contratação, considerando a quantidade e os serviços que serão prestados pelos trabalhadores a serem contratados, devendo a SEJUS fornecer por escrito a relação solicitada, assim como as respectivas contas para os depósitos dos salários dos trabalhadores, no prazo máximo de 08 (oito) dias corridos, contados da solicitação, nos termos do art. 37 da Lei 7.210/1984.

g.4) O atraso na formalização da contratação da mão-de-obra mencionada, por culpa exclusiva do CONTRATANTE ou da SEJUS, não ensejará qualquer gravame ou penalidade ou CONTRATADO. O não cumprimento dessa obrigação, por parte do CONTRATADO, importará em rescisão do contrato firmado com a Administração Pública, sem prejuízo das demais consequências previstas na Lei 8.666/1993.

(h) Observar as disposições da Portaria SEGER nº 49-R.



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

(i) Adotar todas as providências necessárias para regularização de seu regime tributário junto aos órgãos competentes.

9.2 - Compete à Contratante:

- (a) Efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;
- (b) Definir os locais em que serão executadas as tarefas ajustadas;
- (c) Designar servidor(es) responsável(is) pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA REVISÃO E DO REAJUSTE

10.1 - A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência contratual, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

10.1.1 - Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

10.1.2 - Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento.

10.1.3 - Não será concedida a revisão quando:

- (a) ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
- (b) o evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência do contrato;
- (c) ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
- (d) a parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.
- (e) houver alteração do regime jurídico-tributário da Contratada, ressalvada a hipótese de superveniente determinação legal.

10.1.4 - A revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência – SECONT e Procuradoria Geral do Estado.

10.2 - O reajuste será adotado, obrigatoriamente, como forma de compensação dos efeitos das variações inflacionárias, desde que decorrido 12 (doze) meses, a contar da data limite para apresentação da proposta ou da data do último reajustamento, de acordo com a Lei 10.192/2001.



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

10.2.1 - O reajuste do preço contratado levará em consideração o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

10.2.2 - Compete à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pelo Contratante, juntando-se a respectiva discriminação dos serviços e memorial de cálculo do reajuste, e demais documentos comprobatórios do reajuste pleiteado.

10.2.3 - O reajuste será efetuado por meio de simples apostilamento, nos termos do art. 65, § 8º, da Lei 8.666/93, dispensada a análise prévia pela Procuradoria Geral do Estado.

10.3 - A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta definitiva e desde que acarretem comprovada repercussão no equilíbrio econômico-financeiro deste contrato, implicarão a revisão de preços para mais ou para menos, adotando-se como índice de correção a alíquota prevista na lei respectiva.

10.4 - As revisões e reajustes a que o contratado fizer jus mas que não forem requeridas formalmente durante a vigência deste Contrato serão consideradas renunciadas com a assinatura da prorrogação contratual com base no art. 57, II, da Lei 8.666/93, ou com o encerramento do Contrato.

10.5 - No caso de prorrogação deste Contrato sem expressa ressalva no respectivo Termo Aditivo do direito da Contratada ao recebimento da importância devida à título de reajuste ou revisão, em qualquer de suas hipóteses, relativa a período anterior a sua assinatura, caracterizará renúncia irretratável a esse direito.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

11.1.1 - Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

11.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;

11.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 10.2 deste edital e na Lei 8.666/1993.

11.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

(a) advertência;

(b) multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;

(c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93;



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

(d) impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e o art. 28 do Decreto 2.458-R/2010;

(e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

11.2.1 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c"; "d" e "e" deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea "b").

11.2.2 - Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas "c", "d" e "e", a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

11.2.3 - Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

11.2.4 - Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea "d", deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

11.3 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

(a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

(b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

(c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8.666/1993;

(d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

(e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993;

(f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

11.4 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

11.5 - Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

11.6 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

11.7 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA

12.1 - Constatado que o CONTRATADO não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

12.2 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

12.3 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo CONTRATADO, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

12.4 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

12.5 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o CONTRATANTE informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS ADITAMENTOS E DA RESCISÃO

13.1 - A rescisão do Contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/1993, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda
3ª Comissão Permanente de Licitação

13.2 - O presente contrato poderá ser aditado, estritamente, nos termos previstos na Lei 8.666/1993, após manifestação formal da Procuradoria Geral do Estado.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS RECURSOS

14.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

15.1 - A SEFAZ designará formalmente o servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, competindo-lhe atestar a realização do serviço contratado, observando as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

15.2 - O recebimento do serviço ocorrerá da seguinte forma:

(a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 02 (dois) dias da comunicação escrita do contratado;

(b) Definitivamente, pelo _____(setor administrativo)_____, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de _____(quantidade de dias)_____ .

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

16.1 - Representará a Contratada na execução do ajuste, como preposto, _____(nome completo, nacionalidade, profissão e estado civil do representante da empresa).

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO

17.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam eletronicamente o presente por via única, para que produza seus efeitos legais.

CONTRATANTE

CONTRATADA

ASSINATURA

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

LEANDRO COSTA ROCHA

PRESIDENTE (CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DE PREGÃO ELETRÔNICO - EQUIPE 3 - SEFAZ)

SEFAZ - SEFAZ - GOVES

assinado em 18/05/2022 17:02:26 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 18/05/2022 17:02:27 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por LEANDRO COSTA ROCHA (PRESIDENTE (CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DE PREGÃO ELETRÔNICO - EQUIPE 3 - SEFAZ) - SEFAZ - SEFAZ - GOVES)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-2RGKLP>